


“Uma luta do bem contra o mal”: a instrumentalização da agenda moral na eleição estadual paranaense

“A battle of good against evil”: the instrumentalization of the moral agenda-setting in the state election of Paraná

*Brandon Lopes dos Anjos**

*Frank Antonio Mezzomo***

 <https://doi.org/10.29327/256659.13.2-6>

Resumo:

Neste artigo, analisamos como candidatos evangélicos mobilizaram um discurso belicoso durante a campanha ao legislativo paranaense em 2018. Coletamos materiais nos perfis pessoais e *fanpages* de quatro candidatos eleitos que elaboram suas identidades construindo um inimigo que supostamente trabalha para destruir a moralidade. Identificamos algumas aproximações do universo evangélico com a política brasileira e, em seguida, sistematizamos a discussão em três eixos: (I) normatização de padrões familiares; (II) regulamentação das práticas educativas; e (III) controle dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher. Parece haver uma estrutura discursiva que articula o uso de “conceitos imprecisos”, elementos de sensibilidade social e a existência de um inimigo comum. O ativismo conservador evangélico está ancorado no embate contra as transformações dos costumes e valores.

Palavras-chave: Religião e política; Evangélicos; Agenda moral conservadora; Confessionalização de políticas públicas.

Abstract:

This article aims to analyze how evangelical candidates mobilized a fierce speech during the campaign for Paraná legislature in 2018. It has been collected materials in personal profiles and fanpages of four elected candidates who elaborate their identities by building an enemy that supposedly works to destroy moral values. It has been identified some approaches from evangelical field to Brazilian politics and, then, systematizing the discussion in three axes: (I) normalization of family standards; (II) regulation of educational practices; and (III) control of women's sexual and reproductive rights. There seems to be a discursive structure that articulates the use of “inaccurate concepts”, elements of social sensitivity and the existence of a common enemy. Evangelical conservative activism is based on the struggle against the transformation of customs and values.

Keywords: Religion and politics; Evangelicals; Conservative moral agenda-setting; Confessionalization of public policies.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), da Universidade Estadual do Paraná (Unespar). E-mail: brandon.njos@gmail.com.

** Doutor em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor dos Programas de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), História Pública (PPGHP) e Profissional de Ensino de História (ProfHistória), da Universidade Estadual do Paraná (Unespar). E-mail: frankmezzomo@gmail.com.

Introdução

“O nosso inimigo não é externo, é interno. Não é uma luta da esquerda contra a direita, é uma luta do bem contra o mal. E nós vamos vencer essa luta. Porque estarei sempre na frente de vocês”, afirmou o atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, em um ato de lançamento de sua pré-campanha para a reeleição ao executivo federal, realizado no dia 27 de março de 2022 (*Carta Capital*, 2022). Esse movimento de “espiritualização” das disputas políticas foi amplamente (re)produzido durante as eleições nacionais de 2018, em um léxico que demonizou adversários e funcionou como munição para defender percepções morais e eclesiásticas. Trata-se de um esforço para construir e fundamentar suas identidades na dicotomia entre aquilo que consideram como “bem” e “mal”, opondo-se às mudanças culturais e desabonando seus concorrentes. Para isso, acionam pânicos morais e medos coletivos como recurso para impulsionar suas campanhas, garantir coesão e engajamento do nicho cristão e deslocar o debate público de temas sociais para a defesa de pautas de cunho religioso, em um movimento de confessionalização de políticas públicas. Designando-se como representantes de Deus e do “povo cristão”, os candidatos evangélicos despontam como ator importante, em aliança com outros agentes de direita (religiosos ou não), na composição da onda conservadora ascendente na última década, em um cenário de crise das instituições e recrudescimento das polarizações (Mariano; Gerardi, 2019; Almeida, 2019; Soares, 2019; Py, 2020). Face a esse cenário, procuramos analisar como essa lógica beligerante e conservadora foi operada na campanha eleitoral de 2018 à Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP).

Para a análise que propomos, selecionamos quatro candidatos evangélicos de denominações já consolidadas na política eleitoral paranaense (Quadro 1), dos quais três foram reeleitos em 2018 – Cantora Mara Lima¹, Gilson de Souza e Missionário Ricardo Arruda – e um deles, Alexandre Amaro, foi eleito para seu primeiro mandato, sucedendo o candidato até então apoiado por sua denominação, Pastor Edson Praczyk.² Todos participam da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família, Cuidados e Prevenção às Drogas, e receberam apoio simbólico e pragmático das instituições eclesiásticas em um ou mais pleitos que participaram, apadrinhamento decisivo para seu sucesso eleitoral (Lacerda, 2017; Prandi; Santos; Bonato, 2020; Mezzomo; Anjos; Oro, 2021).

Quadro 1: Vinculação religiosa, partidária e votação dos candidatos

Nome	Partido	Denominação	Função eclesiástica	Votação	Situação
Alexandre Amaro	Republicanos	IURD	Pastor	49.565	Eleito
Cantora Mara Lima	PSC	AD/Missão	Cantora	33.866	Reeleita
Gilson de Souza	PSC	IEQ	Pastor	46.116	Reeleito
Missionário Ricardo Arruda	PSL	IMPD	Missionário	27.574	Reeleito

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Os materiais foram coletados nos perfis pessoais e *fanpages* dos quatro candidatos entre 20 de julho e 08 de outubro de 2018 – início das convenções partidárias e fim do primeiro turno –, período em que as relações entre religião e política se intensificam, com diálogos, trincheiras e negociações. O *Facebook* impulsiona a formação da imagem do candidato, possibilitando o engajamento dos eleitores por meio de compartilhamentos, curtidas e comentários e propicia o alcance de outros públicos que estão fragmentados em múltiplas telas, muito além de seu nicho eleitoral. Ao mesmo tempo, e é o que temos visto nas últimas eleições no Brasil, o *Facebook* constrói “tribalizações” de ideias e produz “bolhas sociais” com cosmologias customizadas e parciais dos acontecimentos, caracterizada pela disseminação de informações inverídicas e pela publicização de uma gramática moral bélica, o que parece contribuir com o recrudescimento das polarizações (Aggio; Reis, 2013; Miola; Carvalho, 2017; Machado; Miskolci, 2019). Com isso, “rompe pactos sociais silenciosos de tolerância, destrói as formas de mediações preexistentes e coloca temas complexos num debate raso e simplificador em que todos são juízes ou réus do pensamento alheio. Ao mesmo tempo, as redes digitais expõem maniqueísmos já presentes na sociedade” (Machado; Miskolci, 2019, p. 951).

Para desenvolvermos a temática, estruturamos o texto em dois movimentos. No primeiro, retomamos alguns aspectos históricos da inserção dos evangélicos na política partidária brasileira, em parte motivada e definida por fatores políticos, sociais e teológicos. Observamos como a organização da oposição às transformações culturais das décadas de 2000 e 2010 produziram um cenário adequado para as dicotomias e polarizações presentes no discurso eleitoral de 2018. Em seguida, à luz dessas discussões, procuramos apresentar como os evangélicos estruturam suas identidades, construindo um inimigo que supostamente trabalha para destruir a moralidade na sociedade brasileira. Para isso, sistematizamos as análises em três eixos: (I) normatização de padrões familiares e de relacionamento; (II) regulamentação das práticas educativas; e (III) controle dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher. Apontamos, assim, como o ativismo conservador evangélico está profundamente aportado no embate contra as transformações culturais nos costumes e valores.

Atuação dos evangélicos políticos e as guerras culturais

Em sintonia com transformações políticas e sociais ocorridas no Brasil desde a década de 1970, assistimos a expansão do segmento evangélico no mercado religioso, marcado pela diversidade de denominações autônomas que expressam suas crenças de formas plurais. Concomitante ao crescimento numérico, ocuparam espaços nas mídias tradicionais – assumindo emissoras de rádio e televisão –, produziram um mercado gospel de bens, lazer e entretenimento religioso para consumo, permearam a sociedade com suas referências e, por vezes, suas intolerâncias em relação a outras religiões (Cunha, 2019). Sua inserção na política eleitoral e a emergência de um ativismo político evangélico, uma das faces mais emblemáticas desta mudança de paradigma, tem chamado atenção de pesquisadores de diversas áreas, com destaque para as alianças simbólicas e pragmáticas com os governos federais, independente do perfil político ou ideológico do presidente eleito. Essa constatação é válida para todo o período da redemocratização, passando pelos mandatos de José Sarney (1985-1999), Fernando Collor de Melo (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994), Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010), Dilma Rousseff (2011-2014; 2015-2016), Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2018-*atual*).

Desde 2003, esses parlamentares religiosos se organizam em torno da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), associação que tem alcançado êxitos e angariado expertise dentro das dinâmicas de poder. Desde aquele momento suas ações estavam direcionadas a oposição à projetos de políticas públicas ligados aos direitos humanos, reprodutivos e de liberdade sexual, pautas progressivas que vinham conquistando sucessivas vitórias na década de 2000 (Biroli, 2019). Ainda, buscavam garantir uma série de benesses às instituições religiosas, como concessões de emissoras de rádio e televisão, criação de feriados – competindo com o calendário católico –, homenagens às autoridades eclesiásticas, entre outras.

A partir de 2010 a FPE passou a se ocupar de forma ativa na proposição de pautas no campo da moralidade pública, em parte motivado pelas questões que ganharam as mídias, com destaque para as discussões relacionadas ao Plano Nacional dos Direitos Humanos, que previa a descriminalização do aborto, a regulamentação de casamentos homoafetivos, a adoção de crianças por casais homoafetivos e o veto à ostentação de símbolos religiosos em repartições públicas (Biroli, 2019; Cunha, 2019; Camurça, 2020a, 2020b). Essa efervescência moral “culmi-

nou no revigoramento de bandeiras políticas da bancada evangélicas e de lideranças evangélicas, com projetos de visibilidade pública em torno da garantia da moralidade sexual no plano da legislação, sob o rótulo ‘defesa da família tradicional’ contra movimentos feministas e LGBTI” (Cunha, 2019, p. 11). Não se trata de algo novo, já que sua publicização apareceu na Constituinte de 1988 (Pierucci, 1989).

As Jornadas de Junho de 2013 podem ser tomadas como ponto de inflexão histórica, quando uma retórica antipartidária permeou os discursos políticos, junto à moralização das políticas públicas e dedicação em uma cruzada saneadora contra a corrupção, orientadas pelo dualismo entre petismo e antipetismo. No campo evangélico, as teologias de batalha espiritual e do domínio harmonizaram-se com o antipetismo, incorporando no partido de esquerda – por consequência, em seus membros – a encarnação das forças demoníacas, que devem ser combatidas e expurgadas do espaço público. Respondendo a esse chamado, as denominações religiosas se movimentam para enviar seus eleitos, os representantes do Reino de Deus, caracterizados como honestos, justos e capacitados para vencer a corrupção (Mezzomo; Silva; Pátaro, 2021; Almeida, 2020; Mariano, 2016).

Nesta cruzada contemporânea, católicos e evangélicos deixaram de lado parte de suas diferenças teológicas e se uniram em um “ecumenismo conservador”, compondo o que chamam de “maioria cristã”, argumento utilizado para justificar a imposição desta moralidade religiosa sobre a sociedade. Com isso, desconsideraram e buscam silenciar outros grupos sociais – ditos minoritários – fazendo retroceder políticas igualitárias e apresentando projetos de lei que impõem sua cosmovisão em um projeto de confessionalização de políticas públicas (Camurça, 2020a; Biroli, 2019; Almeida, 2020).

Deste modo, as transformações políticas, sociais e teológicas pelas quais passou o meio evangélico na década de 1970 forneceram por um lado a base para uma cosmovisão bélica. Por outro, construíram a identidade do “povo de Deus”, em que os crentes são justos e honestos e possuem a missão de cristianizar a sociedade caída, demonizando todo aquele que pensa diferente, qualificando-os como inimigos da Igreja, da moralidade cristã e, por consequência, de Deus. As transformações culturais das décadas de 2000 e 2010, principalmente aquelas relacionadas às discussões sobre direitos reprodutivos e sexuais, produziram o cenário para intensificar dicotomias e polarizações, em que os campos espiritual e político são unidos a tal ponto que parece ser impossível separar o que é de Cezar e o que é de Deus.

A sobreposição desses valores como ordenadores de políticas públicas esteve presentes nas campanhas eleitorais de 2018 em todo país, em que o melhor exemplo disso talvez seja a campanha e eleição do “Messias”, guiado pelo lema “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. De forma similar, nas eleições para os legislativos estaduais e federais – dentre as quais destacamos à Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) –, percebemos candidaturas ancoradas em um cenário cada vez mais polarizado em que forjaram suas identidades e seus discursos na dualidade entre “bem” e “mal”, “nós” e o “outro” e, ao que tudo indica, continuarão na busca por conservar suas pautas e lutar contra as malignas forças secularizantes.

O ativismo conservador evangélico em 2018

E outro dia um deputado nesta casa disse que a minha Bíblia era diferente da dele. Óbvio que é diferente! A minha Bíblia é sagrada, não é a Bíblia do PT, onde querem liberar o aborto, querem liberar as drogas [...]. Porém, essa maldição está chegando ao fim (ACERVO, Missionário Ricardo Arruda, 2018).

A construção da identidade dos evangélicos está ancorada na dicotomia entre dois grupos opostos. O primeiro – o “nós” – se autodenomina portador da moral e dos costumes instituídos pela lei de Deus, enquanto o segundo – o “outro” – objetiva corromper e destruir a base judaico-cristã da sociedade, lutando contra a família e valores cristãos. Para manter esta identidade, precisam definir um inimigo a ser combatido, ação que encontra respaldo nas doutrinas de batalha espiritual e teologia do domínio. Assim, “arvorando-se servos diletos do Senhor dos Exércitos e militando em suas tropas à frente de um sem-número de batalhas espirituais (e morais, políticas e ideológicas), diversos líderes evangélicos não medem esforços para demonizar seus adversários” (Mariano, 2016, p. 719). Esse discurso bélico funciona tanto como arma pra defender suas posições e difundir suas referências, como munição para atacar as conquistas dos grupos minoritários, acentuando as polarizações entre as posições políticas de esquerda e direita e radicalizando a disputa eleitoral.

Na luta contra as transformações culturais, as pautas morais tem sido o carro-chefe nas campanhas eleitorais, e que pode ser analisada a partir de três eixos, articulados entre si: (I) normatização de padrões familiares e de relaciona-

mento; (II) regulamentação das práticas educativas; e (III) controle dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher. Há uma estrutura discursiva em comum que parece articular a utilização do que nomeamos como “conceitos imprecisos”, a movimentação de elementos de sensibilidade social como estratégia para angariar apoio popular e a reafirmação da existência de um inimigo e da batalha espiritual.

Normatização de padrões familiares: a “defesa da família”

A “defesa da família” foi a principal pauta moral que perpassou as campanhas de políticos evangélicos em 2018. O discurso está fundamentado na ideia de que existe um modelo familiar que foi idealizado por Deus desde a criação da humanidade (Adão, Eva e seus descendentes). Essa estrutura é limitada à união heteronormativa entre um homem e uma mulher – por meio do matrimônio –, e sua prole, cada um com um papel pré-estabelecido em uma matriz patriarcal. Esse arranjo familiar estaria ameaçado por grupos que se opõe a moral cristã, ataque que faz urgir a necessidade de que “cidadãos de bem” militem pela defesa da “família tradicional”. Dentre os materiais publicados nas *fanpages* dos candidatos, podemos observar alguns *flyers* (Imagem 1) e *jingles* (Quadro 2) produzidos para difundir a pauta, nos quais o modelo familiar defendido é apresentado.

Imagem 1: *Flyers dos candidatos em “defesa da família”*



Fonte: Acervo (2018).

Quadro 2: Candidatos e jingles de campanha: em “defesa da família”

Candidato	Jingle
Cantora Mara Lima	“Pela família e pela minha fê / 20123 / Já decidi e é assim que é / 20123”
Missionário Ricardo Arruda	“Vote Missionário Arruda / Vote certo outra vez / Pra deputado estadual / Em defesa da família 17123”
Alexandre Amaro	“Ele cuida do povo / Luta pela família / Pela gente ele vai trabalhar / Todos os dias”
Gilson de Souza	“Eu vou votar (eu vou) / Que maravilha / Vote em Gilson de Souza / Em defesa da família”

Fonte: Acervo (2018).

Os materiais são uma pequena amostra dos discursos publicizados para defender a pauta. Há um esforço, por parte desses candidatos, para que esse entendimento esteja presente na construção de suas identidades. Podemos começar pelo léxico utilizado, em que aparecem os termos “proteger”, “defender” e “lutar” que traz em si a ideia de algo que está sob ataque e precisa ser defendido. Se os religiosos estão na defesa, quem está no ataque? Quem estaria querendo destruir a família? Não é possível responder baseado somente nas declarações e parece ser exatamente esse o propósito dos candidatos, a saber, disseminar que há uma batalha, apresentar-se como os defensores da família e atribuir a alcunha de “inimigo” de acordo com o contexto: Lula, PT, “esquerdistas”, homossexuais, religiosos de matriz africana, entre outros.

Além de não delimitar as fronteiras inimigas de forma clara – ao determinar quem é o “nós”, todos que formam o “outro” são potenciais opositores –, o termo família também não traz em si uma definição objetiva. Todas as famílias? Não, até porquê não se trata de defesa das famílias (no plural), mas de defesa da família (no singular). Qual família? Sabemos que se trata do modelo patriarcal heteronormativo, como já expomos anteriormente, mas isso não é algo perceptível em um primeiro olhar, estratégia que parece mobilizar dois sentidos. Primeiro, mesmo que a estrutura familiar do eleitor cristão – e também do não religioso – não se adeque à dita “tradicional”, parece certo que não querem que seus familiares sejam destruídos. O conceito é impreciso justamente para alcançar um público plural. Segundo, o termo “família” opera nas sensibilidades de uma sociedade que foi alicerçada sobre os pilares judaico-cristãos, com a família como primeiro núcleo social. Os *flyers* exploram esse sentimento ao apresentar imagens de famílias – por vezes a do próprio candidato – felizes e unidas, algo que nem sempre ocorre fora das ideias romantizadas.

Há uma série de problemas na percepção de um único modelo de família. A ênfase na dita “família tradicional” (que não é generalizável) desconsidera e desle-

gitima a diversidade de configurações familiares no Brasil. Normalizar politicamente uma determinada estrutura descaracteriza e ilegítima outras e, conseqüentemente, retira suas garantias e direitos de proteção estatal. Ao determinar uma única forma baseado em um paradigma antipluralista, deixa também subentendido aquilo que é considerado como impróprio, inadequado, condenável, opondo-se, por exemplo, às famílias formadas por pessoas homoafetivas e transfetivas. Assim, a pauta, que mobiliza os afetos e o imaginário da sociedade brasileira, polariza os diversos arranjos familiares em dois grupos antagônicos, em que o patriarcalismo heteronormativo se impõe como a verdade, enquanto toda a pluralidade enquadrada no segundo grupo deve se curvar, ser assimilada ao padrão moral cristão. Ainda, é importante destacar que a pauta oculta e desacredita problemas sociais reais, como o alto índice de abandono paterno (Dias, 2017; Machado, M., 2017; Mezzomo; Silva; Pátaro, 2021).

3.2 Regulamentação das práticas sexuais e educativas: a “ideologia de gênero”

O combate à denominada “ideologia de gênero”, conceito que nasceu no seio da Igreja Católica e posteriormente foi adotado pelos evangélicos, começou a alcançar destaque no Brasil a partir dos anos 2000. Com ápice nas discussões relacionadas ao Plano Nacional de Educação, em 2015, a pauta é uma resposta aos avanços conquistados, principalmente entre as décadas de 1970 e 1990, em relação à saúde reprodutiva da mulher, educação sexual nas escolas e reconhecimento das uniões homoafetivas e das identidades diferentes da heterossexual (Biroli, 2019; Miskolci; Campana, 2017). Na campanha eleitoral de 2018, o conceito de “ideologia de gênero” não atacou de forma explícita as minorias homoafetivas. O foco esteve na distorção das práticas de educação sexual nas escolas, transmitindo a percepção de que as discussões de gênero objetivam corromper a inocência das crianças, incitando precocemente sua sexualidade, inclusive convencendo-as de que seria possível “trocar” de sexo, por vezes associando tal comportamento à causa da pedofilia. Os *flyers* na imagem 2, seguidos por duas falas – Missionário Ricardo Arruda e Bispo Wagner Negrão em apoio a Alexandre Amaro –, apresentam a argumentação dos candidatos:

Imagem 2: Flyers contra a “ideologia de gênero”



Fonte: Acervo (2018).

E a ideologia de gênero é pior ainda gente, querem pegar crianças de seis anos de idade e começar a orienta-las assim: “você é menina, você pode virar menino; você é menino pode virar menina!” é lógico que não pode, é lógico que não vamos permitir esse tipo de abuso com as nossas crianças! (ACERVO, Missionário Ricardo Arruda, 2018).

Nós gostaríamos de falar com todos sobre essa situação que estamos vivendo, um momento crítico em todo país, que querem destruir as nossas crianças, querem destruir as famílias. Nós temos reportagem que os países onde, por exemplo, a ideologia de gênero foi aprovada, já subiu espantosamente. Na Inglaterra, por exemplo, 4500% o número de crianças fazendo tratamento para mudança de sexo, e já tem sido provado que isso é desastroso: sofrimento, automutilação, suicídio, isso não funciona... Ele [Alexandre Amaro] tem capacidade de lutar contra esses projetos, contra a destruição de nossas famílias, destruição das nossas crianças (ACERVO, Bispo Wagner Negrão, 2018).

O conceito “ideologia de gênero” é uma deturpação das discussões sobre a construção sócio-histórica dos papéis de gênero na sociedade e as ações educativas para o combate à homofobia e ao sexismo nas escolas. Ele utiliza o termo “ideologia” como instrumento de doutrinação, atribuindo esse título ao inimigo, como se todas as posições também não fossem embasadas em uma ideologia. Aqui há uma dicotomia entre a “verdade”, proferidas pelo “nós”, e a “ideologia”, disseminada pelo “outro”. O termo “gênero”, que parte “da ideia de que feminino e o

masculino não são fatos naturais ou biológicos, mas sim construções culturais” (Garcia, 2011, p. 19), é entendido como a forma de violar a moral sexual da sociedade.

Novamente, o léxico utilizado pelos candidatos transmite a ideia de que há uma guerra, em que o campo de batalha é a escola e que o inimigo – que mais uma vez não é bem delimitado – quer “destruir” as crianças. Seriam os professores? Políticos que propõem as discussões de gênero? Comunistas? Feministas? Grupos LGBTQIA+? Independente do inimigo – o “outro”, que pode ser enquadrado em vários atores –, o que parece importar para os candidatos, é se apresentar como os bastiões da moralidade, que não permitirão esse “tipo absurdo com nossas crianças!”. Além disso, argumentar o ataque a inocência infantil – afirmando que caso ocorra a vitória do “outro” haverá a erotização e mudança de sexo das crianças – mobiliza os afetos sociais de forma mais efetiva do que criticar diretamente os grupos LGBTQIA+, angariando apoio popular por meio do pânico moral.

Como instrumento para defender as crianças desse ataque, os candidatos apostam no Projeto Escola sem Partido (ESP), originalmente criado em 2004 por Miguel Nagib, como reação a uma presumida doutrinação política e ideológica que ocorre em sala de aula. O projeto, que no início buscava combater a doutrinação marxista, incorporou a noção de “ideologia de gênero” em 2014, na onda das discussões do Plano Nacional de Educação (Biroli, 2019). No Paraná, foram propostos dois Projetos de Lei, sendo o primeiro de autoria de 12 parlamentares (PL 748/2015), dentre os quais Cantora Mara Lima, Gilson de Souza, Pastor Edson Praczyk e Missionário Ricardo Arruda, esse que também assinou o segundo projeto em 2016³ (PL 606/2016) (Mezzomo, 2018). Durante a campanha, o ESP foi defendido baseado no pressuposto de que a escola deve ensinar apenas as disciplinas da matriz curricular, deixando a formação moral/educacional como responsabilidade dos pais. Com isso, supostamente, evitariam a doutrinação ideológica nas escolas:

Esse projeto vai proteger o seu filho dessa maldita ideologia de gênero que quer confundir as crianças de 6 anos de idade dizendo que elas são meninas e podem virar meninos ou que são meninos e podem virar meninas! não vamos permitir isto, vamos defender as famílias [...]. Pessoal, o professor tem todo direito de ensinar – direito e obrigação – de ensinar as matérias do currículo escolar: Matemática, Física, Química, História, para que os nossos filhos tenham um bom aprendizado, façam uma boa faculdade e tenham uma boa profissão. Agora, educação quem dá é pai e mãe, quando muito o avô e avó, ninguém mais (ACERVO, Missionário Ricardo Arruda, 2018).

A oposição às discussões de gênero, propositalmente denominada como “ideologia de gênero”, ameaça os direitos das minorias, põe em xeque a igualdade como valor de referência e restringe os direitos individuais. A pauta busca afastar a participação de grupos LGBTQIA+ e feministas na construção de políticas públicas, delimitando o espaço das discussões como masculino e heterossexual. Além disso, impõe censura aos professores em nome de uma falsa neutralidade e se opõem a educação sexual infantil, ação que poderia evitar crimes como abuso sexual de crianças e adolescentes. Para isso, difundem a existência de uma “desordem moral, que ameaçaria a autoridade paterna, a infância e as tradições. Dessa forma, são mobilizados para construir apoio popular à censura, à restrição de direitos individuais e à oposição a pactos coletivos para a educação das crianças” (Biroli, 2019, p. 87).

3.3 Controle dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher: a “defesa da vida”

A discussão sobre a interrupção da gravidez talvez seja a mais sensível no meio evangélico. Os cristãos entendem que a vida humana inicia na concepção, tendo como exemplo as histórias da gestação de Rebeca – mãe de Jacó e Esaú (BÍBLIA, Gênesis 25: 20-26) – e de Maria – mãe do próprio Jesus (Bíblia, Lucas 1: 39-45). O argumento de que não há vida ou de que só é possível falar de pessoa humana após o nascimento não é válido para este segmento da sociedade. A “defesa da vida” ou a luta contra a legalização do aborto ganhou destaque em 2005, quando foi organizada a “Comissão Tripartite para Revisão da Legislação Punitiva da Interrupção Voluntária da Gravidez”, criada para rever a legislação punitiva em casos de aborto voluntário. Grupos conservadores movimentaram uma defensiva “pró-vida”, o que se acentuou a partir de 2010, com a pressão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) para silenciar proposições que buscam discriminar o aborto, bem como retroceder em direitos já conquistados, como a interrupção em caso de estupro (Mariano; Biroli, 2017; Machado, M., 2017). A pauta se contrapõe aos direitos reprodutivos, que “consistem no direito dos indivíduos decidirem, de forma responsável e de livre escolha, se desejam ou não terem filhos, quantos filhos serão e em que momento isso acontecerá” (Andrade, 2021, s./p.). Os *flyers* na imagem 3 e as falas abaixo apresentam a forma como foi exposta a pauta na campanha dos quatro candidatos evangélicos à ALEP em 2018.

Imagem 3: Flyers em “defesa da vida”



Fonte: Acervo (2018).

Entendemos que a vida começa na concepção e a possibilidade do STF aprovar essa ação [ADPF 442] acabará por “legalizar”, de forma indireta, a prática do aborto em nosso país. Assim como nós, muitos brasileiros não concordam com essa decisão e defendem a proteção da vida (ACERVO, Gilson de Souza, 2018).

Falar de aborto, de matar inocente, isso é um verdadeiro absurdo! Contra a palavra de Deus, contra a maioria das famílias, ninguém quer esse tipo de lei aprovada no Brasil. Isso é vergonha! Isso é coisa de gente da esquerda comunista! [...] Feto é vida, é obvio que é vida, qualquer médico vai explicar que é uma vida sim! Eu sou totalmente contra esta barbaridade (ACERVO, Missionário Ricardo Arruda, 2018).

Sou uma voz em favor da vida. Há várias formas de evitarmos um ato tão agressivo, sou a favor de alternativas que garantam a vida de um ser humano indefeso (ACERVO, Cantora Mara Lima, 2018).

Aqui o campo de batalha é o corpo da mulher, no qual os “eleitos de Deus” lutam pelos direitos do nascituro, ameaçado pelo inimigo que quer ceifar sua vida. Embora alguns candidatos, como Missionário Ricardo Arruda, atribua o aborto à “esquerda comunista”, em última instância é a mulher que será culpabilizada,

ainda que isso não apareça de forma explícita nos materiais. Em nenhum momento a figura paterna é invocada nas publicações.

Nas imagens dos *flyers*, a face da genitora nunca aparece, em um esforço de desvincular mãe e feto, atribuindo destaque ao segundo. Mais uma vez, os “conceitos imprecisos” aparecem na pauta como meio de atrair grande público: Quem não é “a favor da vida”? Mas a vida de quem? Quais são as políticas de acompanhamento da mulher que interrompe a gravidez? Que tipo de apoio recebem as crianças que nascem em famílias desestruturadas socioeconomicamente? Se são protetores do nascituro, parecem não propor assistência para aqueles que já nasceram. Ainda, os materiais apelam para a sensibilidade em dois sentidos. Primeiro, apresentam o nascituro como um bebê em posição fetal ou um enquadramento da barriga da gestante, como meio de humanizar o feto, apresentar a sacralidade de gerar a vida, algo que precisa ser preservado a qualquer custo. Concomitantemente, associam o aborto ao crime de assassinato, culpa que recai implicitamente sobre a mulher.

Embora seja delicado para o meio evangélico refletir sobre suas posições em relação ao aborto, parece urgente que as lideranças analisem a realidade e percebam que a interrupção da gravidez é um fenômeno recorrente em todas as classes sociais, religiões, grupos raciais e níveis educacionais, embora as mulheres negras com menor escolaridade sejam as que mais sofrem com a falta de assistência (DINIZ; MEDEIRO; MADEIRO, 2017). É preciso discutir políticas públicas que solucionem esses problemas, para além de frases de efeito como a de Cantora Mara Lima, destacada acima. Ainda, apontamos que é possível ser contra o aborto, mas a favor da legalização da interrupção da gravidez como política de saúde pública, permitindo que a mulher possa decidir sobre seu próprio corpo.

Considerações finais

Em uma sociedade culturalmente plural, na qual várias religiões e religiosidades disputam legitimidade e capilaridade no mercado de fiéis, os grupos religiosos criam fronteiras para delimitar suas identidades, meio pelo qual buscam fornecer certezas, reforçar os laços comunitários e despertar o sentimento de pertencimento. Essa identidade, embora seja apresentada como imutável, é passível de ressignificação e está em constante mudança, ao mesmo tempo em que cria tensões com outras comunidades distintas (Mariano; Gerardi, 2019).

Os candidatos evangélicos produzem suas identidades como distintivas e

combativas, objetivando assegurar coesão e engajamento dos fiéis eleitores, visibilizar sua agenda moral e enfrentar a chamada decadência de seus valores na sociedade. A construção de uma identidade político-religiosa evangélica encontra seu marco nas décadas de 1970-1980, quando se percebem como “povo de Deus”, chamado a purificar a sociedade do mal, principalmente na arena política. Essa cosmovisão é profundamente influenciada pelas teologias da prosperidade, do domínio e da batalha espiritual (Rocha, 2020; Oro; Tadvall, 2019). Desde então, esses agentes têm conquistado espaço, aumentando seu número e influência na esfera pública. Conforme crescem e ascendem ao poder, passam a ver a democracia tendente a cumprir as vontades da maioria, e não a proteção e equidade dos grupos minoritários, movimento que parece estar longe de encontrar seu arrefecimento.

Em relação a campanha de 2018 à Assembleia Legislativa do Paraná, observamos como os candidatos evangélicos instrumentalizaram a agenda moral para definir suas identidades como servos de Deus, militantes que defendem a conservação da sociedade de acordo com a cosmovisão cristã que luta em oposição às mudanças culturais. Com isso, buscam afastar grupos minoritários da construção de políticas públicas, delimitando o espaço como masculino e heterossexual e, “portanto, refratário às demandas de emancipação feminina e de expansão de direitos e cidadania àqueles e àquelas que consideram ameaçar sua concepção de mundo tradicional” (Miskolci; Campana, 2017, p. 743).

A oposição à essa agenda progressista contou, igualmente, com a participação de candidatos católicos, que ecoaram estratégias discursivas semelhantes aos evangélicos em 2018. Essa articulação intrainstitucional ocorreu entre denominações por vezes antagônicas no campo teológico-eclesiástico, mas que momentaneamente abandonam suas diferenças e se uniram em torno de um objetivo comum. Por meio de um “ecumenismo de direita”, católicos e evangélicos instrumentalizam o argumento de “maioria cristã” como forma para impor freio às pautas progressivas. Recorrendo a bandeiras como a “defesa da família”, “ideologia de gênero” e “defesa da vida”, acentuam seus discursos produzindo separação e conflito, impondo seus valores como ordenadores de políticas públicas. O ativismo conservador cristão, na produção de sua identidade, instrumentaliza o embate contra as transformações culturais nos costumes e moralidade (Mezzomo et. al., 2021; Mezzomo; Pátaro, 2019).

Há uma estrutura comum a essas três pautas, a saber: (I) o uso do que

chamamos de “conceitos imprecisos”, já que os termos utilizados – defesa da família, da vida e contra ideologias – são muito abrangentes, não especificam qual família, qual vida, o que seria gênero, etc., o que parece fazer parte da estratégia para conquistar outros espaços da sociedade para além do evangélico; (II) a reprodução de um cenário de guerra, em que algo está sofrendo ataque – nascituros, crianças ou família – e precisa ser defendido pelos bastiões da moralidade. O inimigo na maioria das vezes não é bem delimitado, podendo enquadrar nesta categoria qualquer um que esteja dentro do campo do “outro”; por último, (III) as sensibilidades sociais são ativadas por meio de materiais e expressões que apelam para o senso de proteção ou para pânicos morais que mobilizam massas da sociedade em autodefesa. As imagens de nascituros, família felizes e da pureza das crianças escondem problemas sociais esquecidos em campanhas, ou melhor, sufocados por uma agenda que busca a confessionalização das políticas públicas.

Jesus, em certa ocasião, teria dito: “Quem não é por mim é contra mim; e quem comigo não ajunta, espalha” (BÍBLIA, Mateus 12: 30). Seus soldados parecem seguir a mesma lógica, construindo um campo de batalha na arena política e atribuindo a alcunha de inimigo a todo aquele que não participa de suas pelepas. Enquanto o debate se concentra na moralidade cristã, temos assistido a grupos com menor poder aquisitivo sofrerem com a fome e a miséria, público que compõem a maioria do universo evangélico no Brasil (BALLOUSSIER, 2020). Seriam esses “tempos difíceis e dias trabalhosos”, anunciados pelo apóstolo Paulo em sua segunda carta ao jovem Timóteo, responsáveis por deslocar as discussões para a agenda que realmente importa?

Referências bibliográficas

- ACERVO. Acervo “Religião e política: campanha eleitorais e mandatos políticos”. *Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder*. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3h13K30>. Acesso em 06 de maio de 2022.
- AGGIO, Camilo; REIS, Lucas. Campanha eleitoral no Facebook: usos, configurações e o papel atribuído a esse site por três candidatos eleitos nas eleições municipais de 2012. *Revista Compólitica*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, jul./dez. 2013. p. 155-188.
- ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo: CEBRAP, v. 38, n. 1, 2019. p. 185-213.
- ALMEIDA, Ronaldo. Evangélicos à direita. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre: UFRGS, v. 26, n. 58, set./dez. 2020. p. 419-436.

ANDRADE, Renata. Desde que há corpo em sociedade, há a vontade de autodeterminação: a história dos direitos reprodutivos. *Revista Senso*. Belo Horizonte: Grupo Sendo, n. 23, 2021.

BALLOUSSIER, Anna Virginia. Cara típica do evangélico brasileiro é feminina e negra, aponta Data Folha. *Folha de São Paulo*. 13 de jan. de 2020. Disponível em: <http://bit.ly/38ZZ3jd>. Acesso em 11 de abr. de 2022.

BIROLI, Flávia. A reação contra o gênero e a democracia. *Nueva Sociedad*. Buenos Aires, v. 23, n. 65, set./dez. 2019. p. 76-87.

CAMURÇA, Marcelo. Um poder evangélico no Estado brasileiro? Mobilização eleitoral, atuação parlamentar e presença no governo Bolsonaro. *Revista NUPEM*. Campo Mourão: UNESPAR, v. 12, n. 25, jan./abr. de 2020a. p. 82-104,

CAMURÇA, Marcelo. Religião, política e laicidade no Brasil atual (2014-2019). RODRIGUES, Donizete; LELLIS, Nelson. *Religião e política: o contexto da lusofonia*. São Paulo: Ed. Recriar, 2020b. p. 193-212.

CARTA CAPITAL. “Não é esquerda contra direita, é o bem contra o mal”, diz Bolsonaro em ato de pré-campanha. *Carta Capital*. 27 mar. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3LJkOXQ>. Acesso em: 06 abr. 2022.

CUNHA, Magali do Nascimento. Os processos de midiaticização das religiões no Brasil e o ativismo político digital evangélico. *Revista Famecos*. Porto Alegre, v. 26, n. 1, jan./abr. de 2019, p. 1-20.

DIAS, Tainah Biela. A defesa da família tradicional e a perpetuação dos papéis de gênero naturalizados. *Mandragora*. São Paulo: UMEESP, v. 23, n. 1, 2017. p. 49-70.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, 2017. p. 653-660.

GARCIA, Carla Cristina. *Breve história do feminismo*. São Paulo: Claridade, 2018.

LACERDA, Fábio. *Pentecostalismo, eleições e representação política no Brasil Contemporâneo*. Tese (Doutorado em Ciência Política). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Pentecostais, sexualidade e família no Congresso Nacional. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre: UFRGS, v. 23, n. 47, jan./abr. de 2017. p. 351-380.

MACHADO, Lia Zanotta. O aborto como direito e o aborto como crime: o retrocesso neoconservador. *Cadernos Pagu*. Campinas: UNICAMP, n. 50, maio/ago. de 2017. p. 1-48.

MACHADO, Jorge; MISKOLCI, Richard. Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro: v. 9, n. 3, set./dez. de 2019. p. 945-970.

MARIANO, Ricardo. Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores: secularização e pluralismo em debate. *Civitas*. Porto Alegre: PUC-RS, v. 16,

n. 4, out./dez. de 2016. p. 708-726.

MARIANO, Rayani; BIROLI, Flávia. O debate sobre aborto na Câmara dos Deputados (1991-2014): posições e vozes das mulheres parlamentares. *Cadernos Pagu*. Campinas UNICAMP, n. 50, set. 2017. p. 1-38.

MARIANO, Ricardo; GERARDI, Dirceu André. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. *Revista USP*. São Paulo: USP, n. 120, 2019. p. 61-76.

MEZZOMO, Frank Antonio; ANJOS, Brandon Lopes dos; ORO, Ari Pedro. Assim na Câmara como na Assembleia: representação corporativa evangélica nas eleições de 2018 e 2020 no Paraná. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*. Campinas, v. 23, 2021. p. 01-43.

MEZZOMO, Frank Antonio; ANJOS, Brandon Lopes dos; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. “Quando um justo governa, o povo se alegra”: modus operandi evangélico nas eleições à Assembleia Legislativa do Paraná, em 2018. *Estudos de Religião*. São Bernardo do Campo: UMESP, v. 34, n. 1, jan./abr. de 2020. p. 03-32.

MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. Religião católica, evangélica e afro-brasileira em disputa eleitoral: acionamento de elementos religiosos na campanha à Assembleia Legislativa do Paraná. *Tempo e Argumento*. Florianópolis: UDESC, v. 11, n. 16, jan./abr. de 2019. p. 456-485.

MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; ANJOS, Brandon Lopes dos; NASCIMENTO, Lara Pazinato. Quando as pautas são maiores que as placas: a “defesa da vida” na campanha eleitoral de candidatos católicos e evangélicos. *Humanidades e Inovação*. Palmas: UFTO, v. 8, n. 42, 2021. p. 308-320.

MEZZOMO, Frank Antonio; SILVA, Lucas Alves; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. Pela “família tradicional”: campanha de candidatos evangélicos para a ALEP nas eleições de 2018. *Revista Brasileira de História das Religiões*. Maringá: ANPUH, v. 13, n. 39, jan./abr. de 2021. p. 13-41.

MIOLA, Edna; CARVALHO, Fernanda Cavassana de. Recursos persuasivos nas campanhas no Facebook: uma proposta metodológica a partir das eleições de 2016 em Curitiba. *Agenda Política*. São Carlos: UFSCar, v. 5, n. 2, set./dez. de 2017. p. 254-290.

ORO, Ari Pedro; TADVALD, Marcelo. Consideraciones sobre el campo evangélico brasileño. *Nueva Sociedad*. Buenos Aires, n. 280, mar./abr. de 2019. p. 55-67.

PARANÁ. Projeto de Lei n. 720, de 2021. *Assembleia Legislativa do Paraná*. 30 de nov. de 2021. Disponível em <https://bit.ly/3xc93VU>. Acesso em 10 de abr. de 2022.

PIERUCCI, Antonio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: ANPOCS, n. 11, 1989. p. 104-132.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William; BONATO, Massimo. Igrejas evangélicas como máquinas eleitorais no Brasil. *Revista USP*. São Paulo: USP, n. 120,

jan./mar. de 2019. p. 43-60.

PY, Fábio. Bolsonaro’s Brazilian Christofascism during the Easter period plagued by Covid-19. *International Journal of Latin American Religions*, v. 4, 2020. p. 318-334.

ROCHA, Daniel. “Faça-se na terra um pedaço do céu”: perspectivas messiânicas na participação dos pentecostais na política brasileira. *Perspectivas Teológicas*. Belo Horizonte: v. 52, n. 3, set./dez. de 2020. p. 607-632.

SOARES, Luiz Eduardo. Revoluções no campo religioso. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo: CEBRAP, v. 38, n. 1, 2019. p. 85-107.

¹ Cantora Mara Lima ficou como primeira suplente, mas assumiu o mandato ao substituir o deputado Guto Silva (PSD), nomeado pelo governador eleito, Ratinho Júnior (PSD), como chefe da Casa Civil (Mezzomo; Anjos; Oro, 2021).

² Alexandre Amaro sucedeu Pastor Edson Praczyk, que já contabilizava cinco mandatos na ALEP, todos respaldados pela IURD (Mezzomo; Anjos; Pátaro, 2020; Mezzomo; Pátaro, 2019).

³ Além dos dois projetos de lei, o deputado Missionário Ricardo Arruda também propôs, em 2021, o PL 720/2021, que “Proíbe a ideologia de gênero nas escolas públicas e privadas no âmbito do Estado do Paraná” (Paraná, 2021, p. 1).

Recebido em 05/05/2022

Aceito para publicação em 20/06/2022